

ZERO HORA TERÇA-FEIRA, 14 DE JANEIRO DE 2014

## ICMS POLÊMICO

# Assembleia tenta fazer valer lei que o Piratini rejeita

Executivo não aplicará o decreto aprovado por deputados que acaba com Imposto de Fronteira

**Os pequenos comerciantes ganharam a disputa, mas não sabem se vão levar.**

**A lei que acaba com o Imposto de Fronteira foi promulgada ontem pela Assembleia, mas o governo estadual informou que o projeto não será aplicado.**

O tributo envolve a cobrança de 5% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago por pequenas e microempresas op-tantes do Simples Nacional na compra de produtos de fora do Estado. Aprovado no início de dezembro do ano passado pelo parlamento, o projeto foi enviado ao governador Tarso Genro, que não emitiu posição oficial dentro do período previsto de 15 dias úteis. Nesse caso, de acordo com a legislação, coube ao presidente da Assembleia fazer a promulgação da lei.

O secretário da Fazenda, Odir To-

nollier, confirmou que o Executivo não irá aplicar o decreto e orienta aos donos de micro e pequenas empresas que continuem recolhendo o imposto. Tonollier voltou a ressaltar que a Assembleia não tem competência para desonerar empresas da cobrança desse tipo de tributo. O secretário ressaltou que, apesar da polêmica envolvendo o imposto, no último semestre de 2013 (até novembro), o pagamento do diferencial de alíquota cresceu 42% sobre igual período do ano anterior.

– Os contribuintes estão recolhendo regularmente este imposto, independentemente do debate político em torno do assunto – disse Tonollier.

A Fazenda informa que está aberto o prazo para micro e pequenas empresas regularizarem a situação em relação ao Imposto de Fronteira não pago. Quem negociar as dívidas até 31 de janeiro terá anistia de 100% da multa e parcelamento de até 10 anos.